

ELAS “NÃO BRINCAM EM SERVIÇO” E “QUANDO DESCANSAM CARREGAM PEDRA”: investigando o trabalho, a educação e a cultura lúdica das jovens empregadinhas domésticas

Maurício Roberto da Silva
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ

Resumo

Este texto tem como objetivo refletir e problematizar sobre a exploração do trabalho infantil feminino doméstico na cidade do Recife, visando reunir evidências empírico-teóricas acerca desse mundo da exploração do trabalho infanto-juvenil. Trata-se de um estudo que articula as seguintes categorias analíticas: trabalho, infância, educação e cultura lúdica. A questão-problema que norteia a presente pesquisa é: a exploração do trabalho infantil feminino doméstico ainda tem seu curso nas casas das famílias de classe média e das elites da cidade do Recife? Tal pergunta traz em seu bojo grandes desafios para os pesquisadores, governantes e militantes dos movimentos sociais, principalmente, considerando que a exploração do trabalho infantil feminino doméstico se caracteriza, primordialmente, como uma prática social de dominação pré-capitalista (escravidão), que se estende até o capitalismo neoliberal na atualidade. O mencionado tipo de exploração culmina por macular práticas laborais eivadas de perversão, precarização da educação, invisibilidade e, por fim, suprimindo o tempo para o exercício da cultura lúdica.

Palavras-Chave: Infância; Educação; Trabalho doméstico; Cultura lúdica

Abstract

They “don’t play at the job” and “while resting they lift big stones”: investigating the work, education and the ludic culture of young maids.

The goal of this article is to analyze and discuss the exploitation of girls performing domestic work in Recife, with the objective of collecting theoretical and empirical evidences about that child labor. This is a study that uses the following analytic categories: work, childhood, education and ludic culture. The question that guides this research is the following: are young girls or children performing housework still being exploited in the homes of Recife’s richest families? This question has big challenges to researchers, government, scientists and social groups, considering that child labor has his foundations in an old social pre-capitalist practice (slavery) that extends to the current neoliberal days. This exploitation culminates on perverted labor practices, lack of education, invisibility and the suppression of the time to exercise the ludic culture.

Keywords: childhood, education, housework, ludic culture.

Na tina vovó lavou, vovó lavou a roupa que mamãe vestiu quando foi batizada
E mamãe quando era menina teve que passar; teve que passar,
Muita fumaça e calor no ferro de engomar
E mamãe quando era menina teve que passar; teve que passar,
Muita fumaça e calor no ferro de engomar...

O escopo do texto e a epígrafe norteadora

Esse texto tem como objetivo refletir e problematizar sobre a exploração do trabalho infantil feminino doméstico na cidade do Recife, visando reunir evidências empírico-teóricas acerca desse mundo da exploração do trabalho infanto-juvenil. Esse escopo traz em sua formulação uma pergunta-problema (pergunta-síntese), que representa um impasse e desafio para os pesquisadores, governantes e militantes dos movimentos sociais: “sendo uma prática social de dominação pré-capitalista (escravidão), que se estende pelo capitalismo até a sua versão neoliberal do capitalismo da atualidade, a exploração do trabalho infantil feminino doméstico ainda tem seu curso nas casas das famílias de classe média e das elites da cidade do Recife? Essa pergunta norteadora traz nas entrelinhas algumas “questões de pesquisa” da seguinte monta: Quais os motivos que levam essas meninas a migrarem em idade tão prematura para os grandes centros urbanos? Que tipo de atividades fazem as meninas nas casas de família nas quais são empregadas? Como são “tratadas” essas meninas nas residências onde trabalham, em termos das relações patroa-empregada? Que tempo elas têm para o processo de escolarização? Como elas lidam com o usufruto do “tempo livre” ou tempo de lazer, tendo em vista a construção da cultura lúdica?

A epígrafe que abre este texto sintetiza o problema de pesquisa em pauta, remetendo-nos à problemática da gênese do trabalho infantil doméstico feminino dos adultos. Os versos nos remetem a algumas idiossincrasias do fenômeno da reificação do trabalho doméstico e escravo na colônia e no império, que anuncia, em alguns aspectos, semelhanças com a problemática da exploração do trabalho doméstico das meninas na sociedade capitalista. Os versos, se considerarmos “a poesia como método sociológico” (Bastide, 1983), anunciam algumas possibilidades de análise, conseqüentemente, de alguns elementos teórico-metodológicos, epistemológicos, estéticos, éticos e políticos para se pensar a exploração do trabalho domésticos das meninas empobrecidas que trabalham nas casas de família das médias e grandes cidades. A letra da música nos deixa, como legado, o caráter transgeracional e perverso da exploração do trabalho doméstico, que passa das avós para as mães e filhas, se tomarmos como instrumento de reflexão os versos: “na tina, vovó lavou, vovó lavou a roupa que mamãe vestiu quando foi batizada. E mamãe, quando era menina, teve que passar; teve que passar, muita fumaça e calor no ferro de engomar”. Os versos expressam de maneira dramática incisiva sobre a situação das mulheres trabalhadoras adultas domésticas e sobre as condições de trabalho precoce das meninas da classe trabalhadora empobrecida, em sua

maioria negras e mestiças, que vivem as agruras dos maus-tratos, do trabalho semiescravo, das jornadas de trabalho insalubres e intensas, assédio moral e sexual.

A letra da música nos convida a fazer um exercício de olhar para o passado pré-capitalista da escravidão, no que concerne à gênese da exploração do trabalho de homens, mulheres e crianças. Nestes termos, torna-se imprescindível visitar as produções que abordam a história do negro no Brasil. No livro “A história do negro no Brasil”, escrito por Albuquerque e Fraga Filho (2006), é possível perceber uma outra versão da história do Brasil, contada a partir de imagens, episódios e versões sobre a história dos negros, em especial, a respeito da exploração do trabalho feminino doméstico, nomeadamente, do trabalho das meninas empregadinhas domésticas nesse contexto histórico. Ao evocar os versos da música “mamãe quando era menina teve que passa, teve que passar, Muita fumaça e calor no ferro de engomar”, a letra nos induz, invariavelmente, a voltar o olhar para a história do negro no Brasil e, simultaneamente, a situação das empregadinhas domésticas na atualidade, pois, de acordo com os estudos de Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 83), nos sobrados urbanos, as escravas domésticas faziam de tudo: eram domésticas, cozinheiras, amas secas, amas de leite que limpavam, arrumavam, lavavam, **engomavam e passavam roupa**, cozinhavam amamentavam e cuidavam das crianças. Elas se encarregavam também de inúmeros afazeres fora da casa dos senhores. As jornadas de trabalho começavam cedo, antes mesmo que os senhores acordassem, pois era preciso abastecer a casa de água potável, muitas vezes, carregada das fontes públicas. Acrescente-se a isso o dado de que, se pertencessem a senhores com dificuldades financeiras, eram obrigadas a trabalhar em outras casas como alugadas. Esses são os legados de classe e étnico-raciais, oriundos do período colonial, através do escravo doméstico. São raízes ligadas ao papel da mulher na execução e supervisão das atividades laborais domésticas pertencentes à classe trabalhadora empobrecida (Schneider, 2012, p. 2-3; Silva, 2002).

No conteúdo do texto, faço alusão à expressão “Elas não brincam em serviço”, que tomei emprestado da publicação “Cartilha para jovens multiplicadoras”, editada pelo CENDEHC sob a autoria e organização de Maryluce Mesquita e Renato Pinto (2003)².

Essas histórias revelam como as meninas-mulheres³, a exemplo das trabalhadoras adultas domésticas, labutam arduamente, sob a égide do trabalho abstrato, do trabalho alienado, do “trabalho oculto”, do trabalho escravo. Ainda no título, recorro à expressão popular “quando descansa, carrega pedra” (Silva, 1998), visando, a exemplo da frase “elas não brincam em serviço”, alertar aos professores e professoras das redes de ensino, acadêmicos e militantes sobre a ilegalidade, insalubridade e perversão desse tipo de exploração do trabalho infanto-juvenil nas diversas cidades brasileiras.

O epicentro desse fenômeno tem seu lócus em diversas cidades brasileiras, em especial no Recife, onde jovens meninas continuam a saga da migração, ao se empregarem nas casas de classe média e das elites recifenses, sofrendo, assim, as agruras dos “múltiplos constrangimentos” ou “múltiplas alienações”, no ponto de vista de classe, geração, gênero, raça/etnia e cultura (Silva, 2000, 2002). Essa situação parece ser comum, tanto às meninas que migram para trabalhar como empregadinhas domésticas, quanto às que vivem no campo, uma vez que são humilhadas, ofendidas e aviltadas pela lógica do sistema, originariamente, patriarcal e, hoje, capitalista.

As mulheres-meninas e as meninas-mulheres carregam no corpo as marcas da dominação patriarcal, impostas pelo machismo, que portam já ao nascerem. Somam-se os constrangimentos de classe social (pobreza, fome, trabalho alienado). Tais marcas de classe (pobreza, fome, miséria), por sua vez, fundem-se, duplamente, com os

constrangimentos de gênero, maculados historicamente pela dominação masculina patriarcal. Nessa dimensão ontológica, são impressas nos corpos as marcas das múltiplas alienações, que repercutem de maneira insofismável sobre suas identidades e suas histórias de labuta, obrigando-as a lutar, incessantemente, pela sobrevivência numa sociedade fundamentada no patriarcalismo e na dominação capitalista (Falci, 1997; Silva, 2003). Tudo isso verifica-se à luz das articulações e rearticulações entre classe e gênero, admitindo, com base na “noção diretriz do nó”, os possíveis entrecruzamentos entre gênero e classe e as demais categorias analíticas de raça-etnia, cultura e geração, que podem priorizar a análise das relações sociais com categorias analíticas mais consistentes (Safiotti, 1992; Silva, 2006).

Modos de abordar e analisar a realidade

Para construir, lancei mão de diversas maneiras de abordar o fenômeno em questão. A ideia foi fazer a associação de diversas fontes de coleta de dados com o objetivo de tentar chegar a uma visão mais efetiva da realidade, além de buscar uma intercomplementariedade entre os diferentes métodos de abordagem do real, ampliação do campo de visão do fenômeno investigado e, conseqüentemente, o enriquecimento do trabalho com informações que não apareceriam se utilizasse apenas uma fonte (Lang *et al.*, 2010). Nestes termos, o movimento teórico-metodológico, em pauta, buscou: em “primeiro lugar”, recuperar diversas fontes documentais, como textos, pesquisas, livros diversos e cartilhas produzidas por ONGs (CENDEHC)⁴ e o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Recife; em “segundo lugar”, considerei, introdutoriamente, alguns elementos teórico-metodológicos dos chamados “trabalhos da memória”, nomeadamente, fragmentos de história oral de vida (Queiroz, 1991, p. 5-6)⁶. A ideia é, à medida do possível, levar em consideração alguns aspectos da autobiografia e memórias da minha própria infância, inspirado no livro “Viver para contar” (2003), de Gabriel Garcia Márquez. Neste sentido, trago fragmentos das minhas memórias de trabalho doméstico na infância, que busca nortear todo o processo de construção do texto referido. Essas palavras, a seguir, referem-se ao período em que, como filho da empregada, fui tratado como “filho de criação”:

[...] cresci em meio a Casa Grande e a Senzala, a sala de jantar e a cozinha, em meio aos resquícios da decadência da colônia e da escravidão, no berço da decadente política integralista remanescente dos anos 40, sendo eufemisticamente chamado até os 14 anos de “filho de criação”. Fui crescendo assim sem me dar conta do paradoxo de viver tratado com amor, atenção, paparicação, indiferença, preconceito e abandonos eventuais. (Silva, 2001, p. 13).

A condição de “filho de criação” ou “crias da casa” é análoga ao caso das meninas que, enquanto agregadas das casas das elites, sofrem o dilema por não serem filhas, nem empregadas. Essa situação faz com que elas se encontrem num limbo que as aproxima das escravas contemporâneas, mostrando as contradições e desigualdades reais da sociedade brasileira em diferentes regiões do País e, em especial, na região Nordeste do Brasil, conforme pode-se inferir no clássico “Casa Grande e Senzala” (1997)⁵, de Gilberto Freyre. Ao garimpar do texto algumas lembranças do trabalho doméstico da

minha própria infância, tomo como referência epistemológica a imaginação sociológica. Assim, procuro recuperar nos subterrâneos da memória um problema pessoal e, ao mesmo tempo, de relevância pública, com base em reflexões de Mills (1982, p. 211-218), que diz ser uma das tarefas dos intelectuais em termos de imaginação sociológica promover a “fusão da vida pessoal e intelectual”.

Em “terceiro lugar”, considere como fonte de dados a combinação entre o questionário e a entrevista padronizada (Thiollent, 1982), realizada via *on-line* com uma liderança do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado de Pernambuco.

Em “quarto lugar”, tento analisar sociologicamente a realidade, utilizando letras de música e poesias, a partir das ideias de Roger Bastide, contidas no texto “A propósito da poesia como método sociológico” (1983).

Todas essas fontes de dados são analisadas a partir dos procedimentos hermenêutico-dialéticos. Esses procedimentos implicam um mergulho heurístico nas entrelinhas dos conteúdos expressos e velados, tendo como eixo epistemológico e ontológico algumas categorias e leis do materialismo histórico-dialético.

Trabalho, capitalismo e exploração do trabalho infantil: algumas reflexões para os educadores e militantes

“Somos meninos e meninas obrigados a laborar no campo e na cidade, carregando o fardo do trabalho pesado na cabeça e os brinquedos apenas no imaginário insistente e resistente. **Somos ainda, apesar dos discursos otimistas, milhões de crianças-adultos em miniatura que engordam as falsas estatísticas dos cientistas burgueses.** Somos meninas que brincam com as sobras do tempo do trabalho doméstico e o peso dos irmãos sobre os ombros. E, como tais, somos de vez em quando violentadas e servidas na bandeja para os banquetes dos senhores do dinheiro e do desrespeito. **Somos, precocemente, mercadorias geradoras de valor contra a nossa própria vontade e desejo. Somos simultaneamente mercadoras e mercadorias dos nossos próprios corpos-infantes-adolescentes, impúberes.**” (Silva; Arroyo, 2012, p. 364, grifos nossos).

No plano filosófico e sociológico, o trabalho humano vem sendo amplamente debatido enquanto categoria central no processo de formação humana a partir dos elementos da ontologia marxista do ser social. Essa perspectiva teórico-metodológica nos permite explicar como nos tornamos seres humanos ao longo da história, tendo como eixo teleológico o trabalho. O homem, diferentemente dos animais, é o único ser que transforma a natureza, ao produzir as suas próprias condições de sobrevivência. Neste sentido, faz história ao produzir as suas condições de existência, que são transformadas pela sua própria ação. Este processo se verifica à medida que o ser social transforma a natureza quando nela investe para obter as condições objetivas para sua sobrevivência e, neste âmbito, é transformado por ela ou é transformado pelo seu próprio trabalho através das condições naturais sobre as quais age (Taffarel, 2007; Mészáros, 2007; Antunes, 2009).

A concepção marxista problematiza o trabalho em seu sentido ontológico e histórico, compreendendo-o, de um lado, como ato de sobrevivência, podendo se

constituir num ato de emancipação (trabalho concreto), isto é, quando dirigido conscientemente para fins determinados, elaborados pelo intelecto e pela imaginação humana, em suma, como um ato de liberdade e criação livre do homem, e, de outro lado, pode ser um simples ato de sobrevivência, inconsciente e de caráter reificado e, por isso mesmo, um meio para obter um fim imediato, que se reproduz na vida cotidiana de maneira mecânica e alienada (trabalho abstrato). No entanto, sob a vigência do capitalismo, o trabalho tem sido para grande parte dos trabalhadores apenas um instrumento de luta pela sobrevivência, um meio e não um fim (trabalho socialmente necessário). Deste modo, o trabalho, no âmbito da divisão social de classes, tornou-se meramente “meio de vida” para a grande maioria dos trabalhadores assalariados, e “meio de acumulação de riqueza” para uma minoria que detém os meios de produção, os donos do capital. Daí, resulta todo o processo da luta entre capital e trabalho, que consiste na exploração da grande maioria da humanidade pelos detentores do capital, que vivem às custas do trabalho alheio, do trabalho produtivo, alimentando-se da mais-valia ou o “valor a mais”, como forma de acumulação de riqueza (Antunes, 2009). Nesta linha de pensamento, problematizar sobre a exploração do trabalho infantil e, consecutivamente, do feminino doméstico implica, primeiramente, refletir sobre a exploração generalizada na lógica do capital. Esse movimento é importante, embora tenhamos que admitir que, na atualidade, a exploração do trabalho feminino doméstico adulto e infantil é caudatária do trabalho escravo ou semiescravo pré-capitalista. Contudo, convém lembrar que o trabalho escravo ou semiescravo continua seu curso no capitalismo, assumindo, assim, a lógica e as vicissitudes do capitalismo na atualidade.

De fato, nas economias pré-capitalistas, fundamentalmente, no estágio anterior à revolução agrícola e industrial, as mulheres das camadas trabalhadoras eram ativas. Elas trabalhavam nos campos, nas manufaturas, nas minas, nas lojas, nos mercados e nas oficinas, teciam e fiavam, fermentavam cervejas e ainda faziam outras tarefas laborais domésticas. No contexto das sociedades pré-capitalistas, embora as mulheres sejam jurídica, social e politicamente inferiores aos homens, elas participam do sistema produtivo, desempenhando um importante papel econômico (Safiotti, 1976, p. 34-35). De fato, “[...] antes da introdução das máquinas, a fiação e tecelagem das matérias-primas efetuavam-se na própria casa do trabalhador. Mulheres e crianças fiavam o fio que o homem tecia ou que elas vendiam, quando o chefe da família não o trabalhava.” (Engels, 1985, p. 11).

A exploração do trabalho infantil, remanescente do século XIX, faz parte do processo de exploração generalizada dos trabalhadores na lógica destrutiva do capital, do alto de sua crise estrutural, vêm provocando o aviltamento do trabalho em todo o mundo e no Brasil, mostrando, assim, a obsolência do sistema capitalista. Nesses termos, há uma proletarização da classe trabalhadora empobrecida, que se traduz em precarização progressiva, que obriga pais e mães a se submeterem às agruras do trabalho precário e escravo, na maioria das vezes tendo que, por necessidade, contar com a participação das crianças na renda familiar ou, em alguns casos, como no mundo da exploração do trabalho no campo (cana-de-açúcar, olarias, carvoarias, casas de farinha, entre outras) e na cidade (trabalho doméstico, borracharias, comércio informal, carregadores de frete nos mercados, entre outras) (Silva, 2003). Esses efeitos de reificação começam na infância, passando pela juventude e culmina com o processo aviltante e alienante da condição humana na aposentadoria. O capital se organiza por meio do trabalho humano, abrangendo as determinações de classe (classe trabalhadora empobrecida), gênero (mulheres), geração (crianças, jovens, adultos, velhos e velhas) e raça/etnia (negros, índios), forjando diversos mundos visíveis e ocultos do trabalho no

campo e nas cidades, com o fim de extração de mais-valia (Mészáros, 2011; Silva; Pires, 2011; Antunes, 2007, 2008).

A exploração do trabalho infantil feminino doméstico, sua gênese e atualidade: “elas não brincam em serviço” e “quando descansam, carregam pedra”

Onde está Kelly? Entre os cômodos da casa, procuro Kelly em vão, porque esta minha ânsia é alegórica, pois sei onde Kelly está... **Lá está Kelly, confinada à cozinha, antes tirava o pó da sala, embala agora a criança**, com um desejo de também ser embalada, cuidada, velada, amada... [...] **Kelly, exausta da labuta do dia a dia (des)cansa no seu quarto**, sem janelas para o mar, por onde não passa brisa, por onde se vê um céu distante. [...] **Kelly é clandestina, anônima, não aparece nas estatísticas do trabalho infantil, porque já é quase parente, trazida para a casa-grande ainda pequena**. Foi salva da sarjeta, da seca e da fome, mas apesar de tudo isto, Kelly se enfeita com sua alegria, com batons e fantasia e **mesmo na lida e habitando em senzalas modernas**. (Andréa Lima, grifos nossos)⁷.

Como já foi aludido anteriormente, o trabalho doméstico tem raízes pré-capitalistas, nomeadamente, no trabalho escravo e no patriarcalismo, se estendendo até o capitalismo atual. O sistema patriarcal de colonização portuguesa no Brasil imprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à atrasada no País. A estrutura da casa grande, aliada à senzala, fenômeno social, econômico e político do Brasil, foi marcante nos anos 1800, de acordo com a obra “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre. Esse clássico dá as pistas sobre a gênese da exploração do trabalho doméstico feminino e masculino e suas relações com os primórdios do trabalho escravo, que hoje se traduz na “senzala moderna”. Segundo o autor, a mulher negra/escrava tem uma importante presença na constituição da raça e da cultura no âmbito da Casa Grande e da Senzala. As amas de leite, por exemplo, tiveram um destacado papel na vida social do Brasil, nos meados do século XIX (Freyre, 1997; Silva, 2003; Freire *apud* Schneider, 2012; Dourado; Fernandez, 1999).

Seguindo as pistas historiográficas sobre a gênese da exploração do trabalho infantil feminino doméstico na Casa Grande e Senzala, os estudos de Hidete Pereira de Melo (1998, p. 1) indicam que, na história do serviço doméstico no Brasil, antes da Abolição da Escravatura, os escravos domésticos eram encarregados das tarefas do lar. Ao longo do século XIX, as famílias tinham, além das escravas domésticas, a possibilidade de contar com mocinhas para uma espécie de “ajuda contratada”. Essa forma de trabalho doméstico continuou depois da Abolição, tornando-se a maior fonte de trabalho feminino. As meninas (“ajudantes”) eram enviadas por suas famílias para outra casa, como um passo intermediário entre a casa de sua família e o matrimônio.

Nesses meandros, a industrialização e a urbanização, com a expansão da classe média, transformaram a chamada “ajuda” em serviço doméstico. Esse serviço, em razão da pobreza das famílias das jovens migrantes brancas e não brancas do campo, era realizado sobre as bases da promessa de casa e comida. Deste modo, as meninas pobres eram cedidas ou emprestadas às casas mais ricas para que, em troca de seus serviços, tivessem o direito à moradia, à comida e a outros bens (ou para que aí permanecessem

até que se casassem). O trabalho doméstico com ideia de “ajuda” vingou até a primeira metade deste século no Brasil, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste e mesmo no Sudeste, para desaparecer praticamente nas últimas décadas, mediante uma espécie de contrato verbal entre famílias de classes sociais opostas, ao longo do século XIX até meados do XX. Essas relações perversas de trabalho, “contrato de ajudante”, possui graus de semelhança com a exploração do trabalho, ainda hoje impostos a várias jovens meninas, que, igualmente, são cedidas por suas famílias para trabalharem nas casas alheias, sob um regime de semiescravidão: submetidas ao confinamento do trabalho escravo, jornadas excessivas de trabalho, maus-tratos e abusos sexuais (Melo, 1998; CENDHEC, 2002b; Schneider, 2012).

Até bem pouco tempo, a exploração do trabalho doméstico adulto era visível nas unidades familiares, e ainda hoje o é, pois ainda carrega traços do passado serviçal e escravista, além do desrespeito à legislação nacional e às normas internacionais do trabalho. Observa-se que não apenas a remuneração se mantém depreciada, como também o exercício do trabalho apresenta-se desvalorizado, em meio à invisibilidade, com relações de trabalho ainda desumanas e anacrônicas. Esse quadro ainda permanece tanto para as trabalhadoras adultas, quanto para as jovens meninas, mesmo com o advento legal da PEC 66/2012⁸. Todavia, há a expectativa de que, a partir da PEC, as patroas e patrões que realizam práticas ilegais, empregando (explorando) jovens meninas menores de 16 anos⁹, passem, de fato, a respeitar os novos marcos legais do trabalho doméstico.

De acordo com as pesquisas do CENDEHC (2002, p. 24), o trabalho infantil doméstico continua a crescer impulsionado, de um lado, pelas difíceis condições de sobrevivência das famílias das classes mais pobres, como já foi mencionado, e, de outro lado, pelo crescimento da demanda do mercado de trabalho, alimentado por uma classe média também empobrecida. Tudo isso faz com que a exploração do trabalho infantil doméstico se mantenha como um “fenômeno oculto” na sociedade brasileira e, em especial, na cidade do Recife. Isso dificulta a sua fiscalização, controle e, conseqüentemente, punição aos patrões e patroas exploradores. O próprio Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Recife fala do âmbito de suas atribuições ao dizer que: “[...] não temos como fiscalizar, porque não podemos entrar nas residências dos empregadores.” Some-se a esses fatores impeditivos de fiscalização o fato de que as famílias empregadoras usam do artifício afetivo-emocional, ao tratar as meninas como “crias da casa” ou “filhas de criação”, o que culmina por caracterizar essa atividade laboral como “trabalho oculto” ou invisível.

Assim, algumas famílias da classe média e das elites, mesmo que, legalmente, não possam empregar crianças, continuam, na clandestinidade, explorando a força humana de trabalho de um grande contingente de jovens e meninas. Para burlar a lei e manter viva a exploração, o patronato se baseia em alguns fatores objetivos, tais como: a) vulnerabilidade social e péssimas condições de vida em que vivem as famílias e conseqüentemente as meninas, obrigando-as a submeter-se a condições indignas de vida, trabalho (exploração), educação, moradia e lazer; b) pelo fato das meninas estarem expostas e vulneráveis, simultaneamente, às determinações e constrangimentos de classe (ser pobre), geração (ser criança), gênero (ser menina-mulher), raça/etnia (ser negra ou mestiça); c) pelo fato de apostar no silêncio das crianças, no sentido de não denunciarem os maus-tratos desse tipo de exploração; d) a utilização das relações de apadrinhamento das meninas como forma de demonstrar bons tratos, cuidados e afetos; e) muitas famílias tratam as meninas como “filhas de criação” ou “como se fossem da casa”, visando ocultar ou driblar os possíveis vínculos de trabalho existentes na relação

“patroa-empregada”. Conforme a fala do Sindicato: “[...] são tratadas como empregadas, mas as patroas dizem que são da família, para não pagarem os direitos [...]”, fazendo com que as meninas trabalhem sem “carteira assinada e sem proteção” (CENDEHC, 2002, 2004).

Trabalho, educação e cultura lúdica: “Elas não brincam em serviço” e “quando descansam carregam pedra”

Kelly está sem seguro, sem escola, sem assistência, sem dignidade e liberdade, mas vejo no olhar tímido de Kelly, ainda que fosca, a luz da esperança. Kelly ri, dança, coleciona pôsteres de artistas, gosta de novelas e, **se tivesse tempo, assistiria desenhos, pularia corda e amarelinha, brincaria de roda essa menina...** [...] **Kelly chora por ter de deixar a escola. Com os soluços já contidos, ela segue para o trabalho.** (CENDEHC, 2002a, grifos nossos).

Alguns estudos que abordam a exploração do trabalho infantil feminino doméstico (CENDEHC, 2002a, 2002b, 2004) têm trazido para o debate a situação das meninas-mulheres que trabalham nas casas de terceiros na cidade do Recife. Essas pesquisas centram suas análises, em especial, nas condições perversas de insalubridade a que são submetidas as meninas trabalhadoras (jornadas de trabalho extensas, condições de moradia precárias, alimentação inadequada, pouco tempo livre para o descanso entre outras). Em meio a todo esse quadro de maus-tratos, destacam-se ainda as precárias condições para a escolarização e o pouco tempo ou quase nenhum destinado à construção da cultura lúdica. Essas questões não aparecem apenas nas pesquisas do CENDEHC, mas também nas falas dos representantes do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Recife, que podem ser traduzidas nas metáforas: “elas não brincam, nem estudam e não têm contato com ninguém”. O sindicato, inquirido sobre a frequência e permanência das meninas na escola, respondeu peremptoriamente: “não temos como fiscalizar isso, porque não podemos entrar nas residências dos empregadores”.

A cartilha produzida pelo CENDEHC (2004), intitulada “Elas não brincam em serviço: 12 histórias de trabalho doméstico de crianças e adolescentes – Cartilha para educadores”, consistiu em dar voz a um grupo de 19 jovens meninas e um menino, com predominância de empregadas domésticas e babás¹⁰, a respeito da inserção precoce no trabalho doméstico, a partir de seus relatos e trajetórias de vida.

“Elas não brincam em serviço” é uma metáfora do real, que, junto com outra que enunciei no título como “quando descansam, carregam pedra”, traz à tona a relação entre trabalho e tempo livre, presentes na produção de pesquisas que realizei, fundamentalmente, ligadas à exploração do trabalho infantil na Zona da Mata canavieira pernambucana (Silva, 2000, 2003).

Conforme afirmei em diversos textos e artigos (Silva, 2000, 2003), a expressão “não brincam em serviço” foi utilizada por mim para indicar as estratégias e brechas que as crianças utilizavam durante o tempo de trabalho nos canaviais de Pernambuco. Os sindicalistas da FETAPE e trabalhadores entrevistados afirmaram que, por diversas vezes, as crianças eram flagradas “brincando em serviço”. Nesses trabalhos, interpretei que as crianças, ao brincarem em serviço, estavam utilizando a alegria e o prazer do

jogo como manifestação de transgressão e resistência aos ditames do trabalho alienado, insalubre e impróprio para a idade delas. Assim, para além da adaptação e do conformismo às regras do trabalho forçado, elas, mesmo de forma passageira, buscavam nesses curtos momentos experimentar a liberdade e o direito de serem crianças. Contudo, essa situação não pode ser vista apenas de forma monolítica, pois as crianças, num jogo dialético, ao mesmo tempo, se conformavam e se submetiam às exigências dos patrões por necessidade; mas também resistiam, no momento em que o ímpeto de brincar era mais forte do que a situação de opressão laboral.

Esses episódios, contudo, não são novas e, provavelmente, não pertencem apenas ao mundo do trabalho da cana-de-açúcar, pois muitas situações similares têm sua origem no processo de industrialização e apogeu do capital no início do século XIX, conforme os relatos de Engels (1985, p. 190-191) sobre as fábricas de Manchester, na Inglaterra. Na cidade de São Paulo, as crianças desapontavam os capatazes e eram severamente castigadas se brincassem durante as jornadas de trabalho. Assim, qualquer desleixo no trabalho comprometia a produtividade e, por essa razão, eram responsabilizadas pela perturbação no ambiente de trabalho e até pelos próprios acidentes ali ocorridos. Muitas situações, naquela época, permitem inferir sobre a capacidade de resistência delas ante as regras e ditames do trabalho. Nesse contexto, o “brincar em serviço” pode ser interpretado, a meu ver, como uma luta real e simbólica pelo direito de ser criança, brincar e não trabalhar precocemente. Elas fugiam das torturas e dos castigos dos capatazes e supervisores pulando os muros das fábricas insurgentes ou reagiam, às vezes, a pauladas e pedradas e, ainda, participavam intensamente das greves com os adultos (Rago, 1985, p. 143; Silva, 2003, p. 221-222).

O “brincar em serviço”, relacionado à esfera da exploração do trabalho infantil feminino doméstico, relaciona-se com as intensas jornadas de atividades que as meninas são obrigadas a cumprir nas casas onde trabalham; tem a ver com natureza das diversas e ininterruptas atividades laborais que elas devem cumprir, muitas vezes, o dia inteiro, além de ir à escola, quando vão. Neste sentido, o que está em jogo é usufruto do tempo da infância empobrecida, que se constitui de um tempo cada vez mais “não livre”, isto é, mais ocupado com tarefas insalubres e de muita responsabilidade e esforço, tais como: lavar e passar roupa, faxinas pesadas, cozinhar, cuidar de crianças pequenas etc. Todas essas atividades incidem sobre o tempo livre das meninas que, além de não ter tempo para a construção da cultura lúdica, podem correr os riscos de acidentes de trabalho e, fundamentalmente, de comprometer o processo de desenvolvimento, que se relaciona com a aprendizagem. Vale destacar que, no processo de escolarização, a relação entre aprendizagem e desenvolvimento é expressada não como processos idênticos, mas como processos que se constituem uma unidade (Vygotsky *apud* Rigon, 2010, p. 46). Daí, intuir dos prejuízos que podem causar para a educação das meninas um desenvolvimento, cujas relações com a aprendizagem não se verificam mediadas pela imaginação, pela criação, devido à opressão causada pelo trabalho forçado e alienado. Como se sabe, o brincar tem um papel preponderante no desenvolvimento infantil, uma vez que está intimamente ligado aos processos criativos e imaginários, isto é, simbólico-reais. A criação de uma situação imaginária não é algo fortuito na vida da criança, ao contrário, é a manifestação da emancipação da criança, que se expressa diante das restrições situacionais (Vygotsky, 1998, p. 79-130; Silva, 2012, p. 229).

Os trechos do poema de Andréa Lima, “Kelly chora por ter de deixar a escola, com os soluços já contidos ela segue para o trabalho”, “e se tivesse tempo assistiria desenhos, pula corda e amarelinha, brinca de roda essa menina...” (CENDEHC, 2002), nos indica o dilema e a saga dessas meninas, no que pese ao usufruto do tempo

destinado aos jogos e brincadeiras, além do comprometimento do tempo para uma educação de qualidade.

Brincar em serviço não deve ser nada fácil para elas, devido ao tempo pertencer, quase que exclusivamente, às famílias que as “acolhem”, ou seja, o tempo pertence às patroas, que, supostamente, as tratam como “como se fossem de casa” ou “filhas de criação”.

Para ilustrar as questões relativas às jornadas de trabalho, o tempo de construção da cultura lúdica e a escolarização das meninas empregadinhas domésticas, recorro a um trecho do depoimento da Margarida, 16 anos de idade, e, em seguida, o episódio que envolve Aninha (filha da patroa) e Neném (babá), ambas com dez anos de idade e citadas na cartilha “Elas não brincam em serviço: 12 histórias de trabalho doméstico de crianças e adolescentes” CENDEHC (2004, p. 46): “no começo, eu pensei que era só pra brincar com as crianças. Mas era muito trabalho e eu não brincava em serviço”.

Aninha (tem 10 anos e é filha da patroa. Veste roupa de adulto, bem na moda) / Neném (tem 10 anos, **veio do interior para cuidar de Aninha** e veste roupa mais gasta) / Patroa (Dona Rosana tem 42 anos, boa aparência e tenta ser bem-intencionada). *(A cena acontece numa sala-de-estar de um apartamento de classe média. O telefone toca. Aninha está brincando com o videogame e nem liga para o telefone)* PATROA (gritando) - Neném! Ô Neném! Atende o telefone pra mim! (Neném entrando na sala, pega o telefone timidamente. Do outro lado da linha, ninguém responde nada) PATROA (entrando na sala com uma toalha enrolada na cabeça) - Então, quem é? NENÉM - Sei não. Fala a senhora... PATROA - A ligação caiu. Que coisa estranha... (O telefone toca novamente. A patroa atende) PATROA - Alô? Sou eu, sim. Eu tava no banheiro. **Quem atendeu foi a Neném, a menina que eu trouxe do interior pra fazer companhia pra Aninha. Licença um instantinho... (tapa o bocal do fone com a mão e fala para Neném, que está de longe olhando para o videogame) Menina! Ainda não arrumou os brinquedos de Aninha? Tá tudo espalhado aqui na sala! (Neném começa a recolher os brinquedos, tira-os de cena e depois volta. Enquanto isso, a patroa volta a conversar ao telefone) Pois é, amiga. A situação da família é tão ruim que eu trouxe a menina pra ajudar a Dona Joseilda, mãe dela. Pelo menos aqui a Neném se distrai com a Aninha... Licença (tapando o bocal com a mão). Neném, minha querida, passe uma vassourinha aqui na sala, que tá tudo sujo de biscoito...** (volta a conversar enquanto a menina varre o chão) Ah, amiga, criança é fogo. **A Aninha comeu uns biscoitos e sujou tudo... Pois é, minha filha é sozinha e precisa de companhia...** ANINHA - Mainha, tô com sede! PATROA - Licença, amiga (tapando o bocal). **Neném, minha querida, pegue uma agüinha pra Aninha...** Neném serve água enquanto a patroa volta a conversar) **Você sabe como é, amiga, eu não posso ver ninguém passando dificuldades... Ah, mas aqui ela vai ser tratada como se fosse minha filha!** Eu dei a ela umas roupas que foram da Aninha, praticamente novas (tapando o bocal). **Neném, faltou limpar a mesa!** (Neném pega um paninho e limpa a mesa enquanto a patroa volta a conversar) **É. Só tem matrícula na rede pública no ano que vem. E colégio particular não dá pra Neném. Ela é do interior, sabe, não iria se adaptar...** (tapa o bocal e fala com a filha) **Aninha, minha filha, esse resto de lanche aí vai encher de formiga! Vá guardar, menina!** ANINHA - Ah, mainha! Não quero limpar isso agora, não (volta a jogar videogame). PATROA - Neném, minha querida, faz isso pra mim? NENÉM - Sim senhora, Dona Branca (recolhe uma bandeja com restos de lanche). PATROA - **Pois é, amiga. Vai ser bom pra Aninha e pra Neném.** (Sem querer, Neném derruba a bandeja no chão) PATROA - Valha-me Deus! NENÉM - **Eu limpo tudo, Dona Branca.** PATROA - Hum? Pois é, amiga! **As duas têm dez anos.** (Neném se ajoelha com um pano úmido e passa no chão) **Só assim a**

Neném vai ter uma amiguinha pra se distrair. Vai ser uma neném brincando com a outra... (grifos nossos).

Diante desse longo depoimento, as perguntas que urgem ser colocadas são: As meninas brincam ou não brincam em serviço? Quando e em que tempo constroem a cultura lúdica? Que atividades inventam para burlar e subverter a situação de opressão do trabalho doméstico precoce? A que horas vão à escola? Como pode a Neném se distrair e brincar com tanta tarefa e comandos proferidos simultaneamente e sem pausa? Ao fim e ao cabo, resta investigar, “em que tempos, espaços e brechas do cotidiano as meninas brincam?”

As respostas a essas questões demandam da realização de mais pesquisas, de natureza qualitativa na linha do que vem pesquisando o CENDEHC. Nestes termos, possível inferir que essas meninas, com tantas atividades, “dormindo no serviço” e expostas aos maus-tratos simbólicos e reais pelas patroas (mães de criação ou madrinhas), têm a vida cotidiana semelhante a das meninas-mulheres da Zona da Mata açucareira. As experiências lúdicas no campo canavieiro se verificam, em meio aos seus múltiplos afazeres domésticos ou duplas jornadas de trabalho, num tempo residual, exíguo e precário, para eles/elas e suas famílias; tempo este permeado de constrangimentos e alienações, por conseguinte, um tempo não livre.

Os jogos e brinquedos das meninas trabalhadoras domésticas são construídos no terreno da adversidade e da penúria, na sucata do tempo residual, migalhas de tempo conquistadas a duras penas. Uma cultura lúdica que é tecida na boca-da-noite, na “boca de forno”, na natureza quase morta e, apesar de tudo, da maneira mais criativa possível. Suas brincadeiras e jogos, para se expressarem plenamente, são realizados, contraditoriamente, em situações e brechas encontradas na luz do dia, em situações nas quais domina a opressão e desrespeito à infância eivada pela determinações e humilhações de classe, raça/etnia, gênero e geração... Seus jogos e brincadeiras são mediados pela distância de suas famílias, pelos falsos afetos, pela necessidade de sobrevivência, pela alienação do trabalho e do lazer, pela diversão laboral, pelas condições insalubres de vida. Em meio a todo esse imbróglio existencial, os constructos e legados culturais de seus jogos e brincadeiras, tais como: a criatividade, a rebeldia, a delicadeza, o imaginário, a estética das suas gestualidades, as vozes agudas, os gritos graves por justiça, o respeito, a dignidade e a desobediência civil infantil, provavelmente, continuam vivos, enquanto estratégia de sobrevivência, criação, recriação, transgressão e resistência, visando, em meio a tanta alienação, o anúncio nas entrelinhas de outro projeto de mundo e sociedade (Silva, 2000, 2003).

À cultura lúdica, as meninas imersas na exploração do trabalho doméstico podem ser pensadas a partir das metáforas de Manoel de Barros, em seu livro homônimo. Podem ser pensadas à luz do texto “Exercícios de ser criança: o corpo em movimento na Educação Infantil” (SILVA, 2012), no livro “Corpo Infância” (Arroyo; Silva, 2012). A inspiração na expressão, exercícios de ser criança, ligados ao cotidiano das meninas-mulheres exploradas na perspectiva do trabalho doméstico, se justificam por elas construírem suas vidas cotidianas em meio às barreiras sociais, impedimentos e alienações encontradas no cotidiano perverso do labor. Elas formam história e cultura em tempos e espaços extremamente desfavoráveis para a constituição do exercício de construção da cultura lúdica e da cidadania infantil, conforme se pode ver nos seus “corpos produtivos”. O corpo produtivo é aquele que trabalha enquanto produtor de mercadorias e desigualdades sociais, ele próprio como mercadoria (corpo-objeto),

sobretudo, quando aparece sob a forma de valor de troca. Trata-se do corpo que trabalha ao produzir mercadorias e, mercadorizando-se, reifica-se, coisifica-se. Isso faz com que perca a sua especificidade e o vínculo estreito que mantinha com a subjetividade do trabalhador, deixando de ser o metabolismo entre o homem e a natureza, para plasmar uma outra identidade, uma outra subjetividade: a de vendedor da força de trabalho (Silva, 2003; Codo, 1993; Antunes, 1995; Silva; Pires, 2010). Essas marcas corporais implícitas e explícitas, provavelmente, se originam dos processos laborais alienantes no âmbito do trabalho doméstico, como: longas jornadas de trabalho, falta de “tempo livre” para os jogos e as brincadeiras, situações de humilhação e maus-tratos físicos e psicológicos, assédio moral e sexual, acidentes de trabalho e outros (Silva, 2012, p. 216-217; CENDEHC, 2002).

A narrativa que envolve o episódio da Aninha (filha da patroa) e Neném (babá), ambas com dez anos de idade e citadas na cartilha do CENDEHC (2002), contém muitos pontos para possíveis análises mais consistentes e até para a realização de futuras pesquisas. Trata-se das seguintes afirmações por parte da patroa sobre o direito à educação e ao “lúdico” da empregadinha Neném: “só tem matrícula na rede pública no ano que vem. E colégio particular não dá pra Neném”; “Ela é do interior, sabe, não iria se adaptar...”; “Só assim a Neném vai ter uma amiguinha pra se distrair. Vai ser uma neném brincando com a outra...”.

Então, em relação ao direito à educação, proponho a hipótese de que não há por parte das patroas interesse que suas “filhas de criação” (como se fossem filhas) frequentem a escola. Mais, ainda, mostra que as classes médias e as elites acreditam na escola pública apenas para os filhos dos pobres. Isso porque “o colégio particular não dá pra Neném”, pois, afinal, “ela é do interior, sabe, não iria se adaptar...”. Essa fala mostra que as meninas empregadas nas casas de famílias das classes já mencionadas, apesar de receberem a promessa de serem tratadas pelas patroas “como se fossem filhas”, ao fim e ao cabo vivem uma vida mediada pela filantropia com requintes de escravidão, conforme as palavras da patroa: “eu não posso ver ninguém passando dificuldades... Ah, mas aqui ela vai ser tratada como se fosse minha filha”.

Para essas classes, as meninas que trabalham em suas casas, ao invés de irem para a escola privada, para onde vão os seus filhos, devem contentar-se a frequentarem, se tiverem tempo, a escola pública, provavelmente à noite, quando já tiverem se “divertido” com as tarefas da casa e os cuidados com seus supostos “irmãos”. Quanto à frase “Neném vai ter uma amiguinha pra se distrair. Vai ser uma neném brincando com a outra...”, pode-se recorrer às minhas pesquisas no campo canavieiro pernambucano, onde observei crianças muito pequenas que cuidavam de outras mais novas, enquanto os pais trabalhavam na cana, assumindo responsabilidades precoces para a idade (Silva, 2000, 2003). Nesta mesma linha de raciocínio, há o texto de Elena Colonna, intitulado “‘Tenho de fazer tudo para o meu irmão’: crianças que cuidam de crianças na periferia de Maputo”. De acordo com a autora, sobretudo, no mundo globalizado, em regiões empobrecidas da América Latina, Ásia e África, as crianças, de forma cada vez mais precoce e frequente, são obrigadas pela necessidade a desempenharem o papel de adultos cuidadores das outras crianças, em razão de suas mães terem de desempenhar uma multiplicidade de tarefas para o sustento da família. De acordo com a autora,

[...] elas tomam conta dos irmãozinhos mais novos, de outras crianças da família ou da vizinhança. Nos bairros da periferia de Maputo, é muito usual encontrar crianças

que, sem a supervisão de um adulto, andam à vontade pelas ruas com um bebê amarrado às costas ou de mão dada com outra criança que mal aprendeu a caminhar. O cuidado de crianças por parte de crianças constitui um fenômeno muito difundido no continente africano e, especificamente, em Moçambique. (Colonna, 2010, p. 131-161).

Grosso modo, pode-se dizer que, em termos de acesso aos direitos a uma educação de qualidade, as empregadinhas domésticas vivem, na pele, uma prática excludente e de precarização, que consiste em “segregar incluindo” ou “incluir excluindo”. Isso vale dizer que essa forma de exclusão significa que determinados indivíduos estão dotados das condições necessárias para conviver com os “incluídos”, porém, em condições de inferiorização e subalternidade. Assim, no caso das pequenas trabalhadoras domésticas, pode-se dizer que elas são subcidadãs, que participam da vida social sem os direitos daqueles que possuem as qualidades necessárias para uma vivência ativa e plena nos assuntos da comunidade (Gentili, 2012, p. 32).

Em relação à inserção das meninas da educação, pode-se recorrer às diversas histórias das meninas contadas na cartilha “Elas não brincam em serviço” (2002). Nessa publicação, pode-se ler e ouvir não só as vozes das meninas com suas histórias de trabalho e educação, principalmente, no que diz respeito à inclusão precária ou total exclusão destas nas escolas, mas também se pode ver ainda indícios de abandono escolar, o que sustenta a hipótese da incompatibilidade entre trabalho precoce e escola. Na cartilha, é possível conferir os dados sobre o trabalho infanto-juvenil doméstico no Recife, entre novembro de 2001 e março de 2002. Essa pesquisa entrevistou 298 meninas e 17 meninos que trabalhavam em casas de família. Do universo de meninas entrevistadas, 90,8% afirmaram ter algum tipo de estudo, mas 86,4% admitiram que não chegaram ao Ensino Médio, o que aponta a baixa escolaridade daqueles que tão cedo se inserem no trabalho doméstico. Durante as entrevistas, 74,1% afirmaram estar estudando, mas 28,6% disseram ter deixado os estudos por causa do trabalho. Das meninas ouvidas, 71,7% tinham entre 12 e 15 anos e estavam, portanto, abaixo da idade mínima permitida para o trabalho (CENDEHC, 2002, p. 10). Esses dados indicam que não basta frequentar a escola, mas sim em que escola e em que condições de tempo e disponibilidade para realizar os estudos, afinal, “[...] o fato de que todos tenham acesso à escola não significa que todos tenham acesso ao mesmo tipo de escolarização.” (Gentili, 2012, p. 31). Os dados indicam também que, em razão do tipo de tarefas realizadas e da extenuante carga horária realizada durante o dia pelas meninas, há a necessidade de se reafirmar as reflexões supracitadas de Gentili (2012, p. 37) a respeito do “apartheid educacional como política de ocultação”, isto é, “segregar incluindo”, “incluir excluindo” ou “exclusão includente”, cujo papel paradoxal da escola é a promessa de incluir excluindo (Luft, 2003).

A negação ao direito à educação e à cultura lúdica (lazer) não atinge apenas as meninas (e meninos) que trabalham nas casas das classes média e elite, mas também de grande parte dos filhos e filhas da classe trabalhadora empobrecida. No caso da exploração do trabalho infantil e no caso do trabalho feminino doméstico, a questão é mais grave, pois essas crianças e jovens deveriam estar protegidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990, p. 19-20), cuja promessa de cidadania se dá apenas no papel e nos discursos: “toda criança e adolescente tem o **direito à educação**” (grifo nosso), com vistas “ao pleno desenvolvimento da sua pessoa, preparo para o **exercício da cidadania**” (grifo nosso) e qualificação para o trabalho (artigo 53). Quanto

ao direito ao lazer, o “tempo livre”, ou melhor, o tempo que seria destinado ao usufruto da cultura lúdica, também é desrespeitado pelas patroas, ficando apenas nos documentos legais, conforme o Artigo 29 do ECA: “Os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e juventude.” (ECA, 1990, p. 20).

Exploração do trabalho infantil feminino doméstico: concluindo para continuar pesquisando em geral, pois há muito o que se fazer em termos de desafios para os professores e professoras atuantes nas redes de ensino acadêmicos e militantes

1. Levar a cabo o objetivo de “refletir e problematizar sobre a exploração do trabalho infantil feminino doméstico na cidade do Recife, visando reunir evidências empírico-teóricas acerca desse mundo da exploração do trabalho infanto-juvenil” não foi tarefa fácil. Em primeiro lugar, porque se trata de uma problemática bastante complexa que, apesar de já contar com os profundos estudos realizados pelo CENDEHC e outros, ainda carece de mais pesquisas quantitativas e qualitativas, sobretudo, porque a exploração do trabalho infantil feminino é, antes de tudo, uma forma de “exploração oculta” de jovens meninas. A segunda dificuldade que encontrei foi prometer e cumprir a realização dos trabalhos da memória, a partir de alguns dados da autobiografia da infância, considerando que, além de ter trabalhado muito como filho da empregada enquanto criança, senti muitas dificuldades de revolver os subterrâneos da memória... Em linhas gerais, pode-se dizer que os objetivos não foram alcançados de forma “exata”, pois as reflexões teórico-empíricas e teórico-metodológicas não são “a verdade”, nem o “real” em toda a sua complexidade e abrangência, mas sim “uma aproximação exploratória da verdade”.

2. A pergunta-problema (pergunta-síntese), assim formulada, desdobrada em “questões de pesquisa”, pode ser respondida da seguinte forma: **a)** a exploração do trabalho infantil feminino doméstico ainda tem seu curso nas casas das famílias de classe média e das elites da cidade do Recife, apresentando vestígios do trabalho pré-capitalista com características análogas ao trabalho escravo e semiescravo, mas ao mesmo tempo apresentando facetas da lógica da exploração capitalista; **b)** pelo que afirma o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Recife e os estudos do CENDEHC, as meninas migram do campo (Zona da Mata, Sertão e Agreste) ou são mesmo da periferia da cidade em busca de trabalho e um futuro melhor... **c)** apesar de toda a produção científica nas universidades, em especial de uma ONG (CENDEHC), há uma grande dificuldade de se investigar esse fenômeno, além de se confiar nas estatísticas a respeito, devido ao fato de grande parte das meninas que, em sua maioria, migram do campo para a cidade recorrerem ao trabalho por necessidade; além disso, de serem, de forma artilosa, tratadas pelas patroas e patrões “como se fossem da casa” ou “filhas de criação”; **d)** as leituras indicam que a exploração do trabalho infantil feminino promove múltiplas alienações e constrangimentos, sobretudo, quando se leva em consideração as determinações de classe e gênero, classe e geração, classe e raça/etnia e, por fim, todas essas categorias amalgamadas numa só problemática dialética e contraditória, ou seja:

as determinações de classe, articuladas com as demais categorias analíticas anunciadas – gênero (meninas-mulheres), geração (infância, juventude), raça/etnia (negritude, trabalho escravo); e) os dados indicam que grande parte delas, muitas vezes, trabalha por um prato de comida e um cantinho para dormir, fato este que as deixa muito vulneráveis à exploração e às condições de trabalho (tarefas insalubres, extensas jornadas de trabalho, relações de trabalho aviltantes, como maus-tratos psicológicos, assédio moral e sexual; f) em relação à educação, os dados indicam que grande parte delas não tem tempo para ir à escola ou, quando vão, estão “incluídas de forma precária” em escolas noturnas precárias. Além disso, têm grande dificuldade de permanecer na escola. Aliás, esse é um ponto para novas investigações; g) os motivos pelos quais as meninas migram são por necessidade e falta de opções de trabalho e educação no campo. Elas vão em busca de trabalho para ajudar a manter suas famílias necessitadas; h) com relação ao tipo de atividades, desempenham as mais diversas, tais como cuidar de bebês (babás), faxina, arrumação da casa, cozinha e outras; i) quanto ao tempo destinado à cultura lúdica, elas pouco dispõem dele “livre” para brincar, embora arranjem sempre uma brechinha na “boca da noite” para se divertirem, para ver televisão ou ainda brincar com os filhos dos patrões com finalidade de diverti-los; de fato, também oportunidade para descansar é rara, e é por isso que se diz no ditado popular “quando descansa, carrega pedra”; j) em relação aos temas que emergiram das evidências empírico-teóricas, nota-se que há lacunas para a realização de novas pesquisas, como a questão do “trabalho oculto” e credibilidade das estatísticas, pesquisas qualitativas/quantitativas, cultura lúdica, a educação, estudos mais apurados sobre o “tempo livre” para o descanso e a construção da cultura lúdica, aprofundamento das relações afetivas entre as patroas e as meninas “como se fossem da casa” (filhas de criação), os efeitos do programa Bolsa Família e a suposta retração das taxas de migração para a cidade.

Para finalizar, deixo para reflexão um trecho da cantiga de trabalho da cultura popular pernambucana:

“Ô tempo ruim de passar, quem mais trabalha menos tem.
Ô tempo ruim de passar, quem mais trabalha menos tem...”

Notas

¹ Trecho da música “Coisa da Antiga”, composição de Roberto Ribeiro e eternizada na voz de Clara Nunes.

² A cartilha traz para reflexão as vozes de 12 crianças e jovens sobre suas próprias histórias de trabalho doméstico da cidade do Recife.

³ O termo surgiu durante o trabalho de campo na cana-de-açúcar (Silva, 2002). A categoria analítica “meninas-mulheres” e dialeticamente as “mulheres meninas” coloca em destaque as questões transgeracionais de classe e gênero, que levam em conta a precocidade com que adentram no mundo do trabalho doméstico feminino adulto no âmbito da Zona da mata canavieira pernambucana.

⁴ O Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC) é uma organização não governamental, fundada em 1989, constituída como Centro de Defesa de Direitos Humanos, que desenvolve ações de proteção jurídico-social e psicológica de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração. Dentre as formas de exploração está o trabalho infantil. Atua também na luta pela defesa pelo direito à moradia da população das comunidades de bairros populares, com vistas a desenvolver ações jurídicas e educativas no campo da regularização fundiária.

⁵ De acordo com a autora, numa perspectiva mais ampla da história oral, a “história de vida” constitui uma espécie ao lado de outras formas de informação também captadas oralmente. Assemelham-se às

histórias de vida as entrevistas, os depoimentos pessoais, as autobiografias e as biografias. Todas elas fornecem e podem produzir dados e materiais para a pesquisa sociológica, contudo, diferem em sua definição e características.

⁶ Ver as críticas sobre o dualismo das proposições teóricas do autor, isto é, entre sobrados e mocambos (Marins, [s.d.]), casa grande e senzala etc. Além disso, polêmicas e controvérsias contra o autor em torno de sua visão idílica do passado colonial e da escravidão, culminando com a ideia de que o Brasil vive uma democracia racial, sem conflitos entre negros e brancos (Carvalho, 2000, p. 4-8).

⁷ Poeta potiguar, assistente social e mestranda em Serviço Social pela UFPE. In: "Onde está Kelly" (CENDEHC, 2002a).

⁸ Novos marcos legais do trabalho doméstico adulto (Pochmann, 2012; DIEESE, 2013).

⁹ Ver sobre os marcos legais do trabalho infantil: “Convenção Internacional dos Direitos da Infância e nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho. As Convenções 138 e 182 da OIT” (CENDEHC, 2002b).

¹⁰ O programa que deu origem a esta publicação integrou uma campanha de esclarecimento sobre o trabalho doméstico de crianças e adolescentes, que inclui também cartilha dirigida às adolescentes, programas de rádio, cartazes, comercial para TV e uma série de atividades realizadas com grupos de adolescentes. Esta publicação também surgiu a partir da experiência do programa de Prevenção e Enfrentamento do Trabalho Infante-Juvenil Doméstico no Recife, realizado pelo CENDEHC. A cartilha foi elaborada para apoiar educadores da rede pública de ensino, bem como de outras instituições educativas, com o intuito de servir de instrumento para que eles possam assumir esta causa. A cartilha nasce como fruto de histórias vividas por crianças e adolescentes, ex-trabalhadoras ou trabalhadoras domésticas que ilustram a realidade a ser modificada. É uma oportunidade para os educadores estimularem nos educandos uma reflexão sobre a necessidade de permitir que crianças vivam suas infâncias dignamente.

Referências

- ALBUQUERQUE, Vlamira; GRAGA FILHO, Walter. **A história do negro do Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. Editorial. **Revista Katálysis**. Florianópolis: Editora da UFSC, v. 12, n. 2, jul./dez. 2009.
- _____. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. O que temos a comemorar? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 maio 2008.
- ARROYO, Miguel; SILVA, Maurício Roberto. Pós-fácio. In: ARROYO, Miguel; SILVA, Maurício Roberto (Org.). **Corpo Infância**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BASTIDE, Roger. A propósito da poesia como método sociológico. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira (Org.). **Roger Bastide**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Cientistas Sociais).
- BETTO, Frei. As veredas perdidas da pós-modernidade. **Revista Caros Amigos**, maio/1997.
- BRUSCHINI, Cristina. A Bipolaridade do Trabalho Feminino no Brasil Contemporâneo. **Cadernos e pesquisa**: Fundação Carlos Chagas, n. 110, jul. 2000.
- COLONNA, Elena. Crianças que cuidam de crianças: representações e práticas. In: TELES, N.; BRÁS, E. J. **Gênero e Direitos Humanos em Moçambique**. Maputo: Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, 2010.
- CENDHEC – Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social. **Elas não brincam em serviço: 12 histórias de trabalho doméstico de crianças e adolescentes – Cartilha para educadores**. Recife: CENDHEC; OIT, 2004.
- _____. **Onde Está Kelly? O trabalho oculto de crianças e adolescentes exploradas nos serviços domésticos na cidade do Recife**. Recife: CENDHEC, n. 11, 2002a.
- _____. **Rompendo a invisibilidade do trabalho Infante-juvenil Doméstico de Crianças e Adolescentes**. Recife: CENDHEC, n. 11, 2002b.

- DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.
- DIEESE. O emprego doméstico no Brasil. **Revista Estudos e Pesquisas do DIEESE**, 2013.
- DOURADO, Ana; FERNANDEZ, Cida. **Uma História da Criança Brasileira**. Belo Horizonte: Palco, 1999.
- _____; _____. Uma História da Criança Brasileira. **Cadernos CENDHEC**. Belo Horizonte: Palco; Recife: CENDHEC, n. 7, 1999. 128 p.
- DOURADO, Ana et al. Crianças e Adolescentes nos Canaviais de Pernambuco. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.
- ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.
- ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. São Paulo: Fisco e Contribuinte Ltda, 1990.
- FALCI, Miridiam Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- FORRESTER, Viviane. **O horror Econômico**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- _____. **Poesia Reunida**. Recife: Pirata, 1980.
- GENTILI, Pablo. **A exclusão e a escola: o apartheid educacional como política de ocultação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- KOFFES, Sueli. **Mulher, Mulheres: Identidade, Diferença e Desigualdade na relação entre Patroas e Empregadas**. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.
- LANG, Alice Beatriz da S. Gordo; CAMPOS, Maria Cristina S. de Campos; DEMARTINI, Zeila de Brito (Org.). **História Oral, Sociologia e Pesquisa: a abordagem do CERU**. São Paulo, SP: Humanitas; CERU, 2010.
- LUFT, Hedi Maria. O Paradoxal Papel da Escola: Promete Incluir, Excluindo. In: BONETI, Lindomar Wessler (Org.). **Educação, Exclusão e Cidadania**. Ijuí: Unijuí, 2003.
- MARINS, Paulo César Garcez. **Através da Rótula: sobre mediações entre casas e ruas**. São Paulo: CERU; USP, [s.d.]. Mimeografado.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARQUEZ, Gabriel Garcia. **Viver para contar**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MELO, Ildete Pereira. **O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras**. Rio de Janeiro: IPEA: junho de 1998.
- MÉZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MILLS, Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: HUCITEC, 2010.
- POCHMANN, Márcio. **Alternativa ao tradicional trabalho doméstico no Brasil**. 2012. Disponível em: <www.revistaforum.com.br>. Acesso em: 18 maio 2014.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RIGON, Algacir José. et al. O desenvolvimento Psíquico e o Processo Educativo. In: MOURA, Manoel Oriosvaldo (Org.). **A atividade pedagógica na teoria histórico-cultural**. Brasília: Liber Livro, 2010.
- RONCADOR, Sonia. Criadas no More: notas sobre testemunhos de empregadas domésticas. **Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 21, 2003.
- SAFFIOTI, Heleith I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.
- _____. Prefácio. In: SILVA, Maria Aparecida. **Errantes do Século**. São Paulo: UNESP, 1999.

- _____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SCHNEIDER, Élen Cristiane. Trajetória de Empregadas domésticas: desrespeito social e lutas por reconhecimento. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 21 a 25 out. 2012. GT 15: Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia. **Anais...** 2012. Disponível em: <portal.anpocs.org>. Acesso em: 18 abr. 2014.
- SEIFE, Charles. **Os números (não) mentem**: como a matemática pode ser usada para enganar você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- SILVA, Maurício Roberto. A exploração do trabalho infantil e suas relações com o tempo de lazer/lúdico: quando se descansa se carrega pedra! **Revista Lícere**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, 2001.
- _____. “Exercícios de ser criança”: o corpo em movimento na Educação Infantil. In: ARROYO, Miguel; SILVA, Maurício Roberto (Org.). **Corpo Infância**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- _____. Exploração do trabalho infanto-juvenil e o fetiche dos dados estatísticos oficiais ou como transformar seres humanos em meras cifras. In: SILVA, Maurício Roberto; PAIM, Elison Antonio; BERTICELLI, Ireno (Org.). **Educação em análise**: formação de educadores e produção de pesquisas num contexto de desigualdades sociais. Passo Fundo: UPF, 2013.
- _____. Infância empobrecida no Brasil, o neoliberalismo e a exploração do trabalho infantil: uma questão para a Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 26, n. 3, maio 2005.
- _____. **O sujeito Fingidor**. Florianópolis: UFSC, 2001.
- _____. Prefácio: Achadours de Infância. In: MARTINS FILHO, Altino José. **Infância Plural**: crianças do nosso tempo. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- _____. Recortando e coando as imagens da vida cotidiana do trabalho e da cultura lúdica das meninas-mulheres e das mulheres-meninas da Zona da Mata canavieira pernambucana. **Cadernos CEDES**, Campinas, ano 22, n. 56, abr. 2002.
- _____. Trabalho Infantil ou exploração do trabalho infantil. In: REDIN, Euclides; MULLER, Fernanda; REDIN, Marita M. (Org.). **Infâncias**: cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- _____. **Trama Doce-Amarga**: (exploração do) trabalho Infantil. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2003.
- _____; PIRES, Giovani Delorenzi. Editorial. **Revista Motrivivência**, ano 22, n. 35, p. 7-17, dez. 2010.
- TAFAREL, Celi Nelza et al. Como iludir o povo com o esporte para o público. In: SILVA, Maurício Roberto (Org.). **Esporte, Educação, Estado e Sociedade**: as políticas públicas em foco. Chapecó, SC: Argos, 2007.
- THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Polis, 1982.
- VYGOTSKY, L. S. **O desenvolvimento Psicológico na Infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Correspondência

Maurício Roberto da Silva é Professor do Mestrado em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ.

E-mail: mauransilva@gmail.com

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização do autor.
